

SECRETARIA DA
**EDUCAÇÃO, JUVENTUDE
E ESPORTES**

TOCANTINS
GOVERNO DO ESTADO



Praça dos Girassóis, Esplanada das Secretarias. S/N
Palmas – Tocantins – CEP 77.001.910
Tel: +55 63 3218 1400|1419
www.seduc.to.gov.br



**PALMAS - TO
2022**

WANDERLEI BARBOSA CASTRO
Governador do Estado

FÁBIO PEREIRA VAZ
Secretário de Estado da Educação, Juventude e Esportes.

EDER MARTINS FERNANDES
Secretário Executivo

MARKES CRISTIANA OLIVEIRA DOS SANTOS
Superintendente de Educação Básica

LEANDRO DE SOUZA VIEIRA
Diretora de Desenvolvimento da Educação

ELIZIETE VIANA PAIXÃO
Gerente de Educação de Jovens e Adultos

ELIZIETE VIANA PAIXÃO
GRACIELA SOUZA DOS SANTOS
JOÃO ROSADO DINIZ FILHO
LUCIENE SIQUEIRA FREITAS
KELMA TAVARES BARBOSA
MARIA ELI SILVA PEREIRA

MARIA DO SOCORRO SOARES COELHO
Comissão para estudo e implantação do Centro de Educação de Jovens e Adultos do Estado

CELESTINA MARIA PEREIRA DE SOUZA
CLEIDIANA SANTANA PARENTE
ERICK HENRIQUE SILVA GOES
JOSIEL GOMES DOS SANTOS
LEDA MARIA TOMAZI FAGUNDES
LUCIENE SIQUEIRA FREITAS
MÁRCIA CRISTINA MOTA BRASILEIRO
NAYSE CARMO MAIA
ROSÂNGELA SOUZA TERREÇO
SCHIERLEY RÉGIA COSTA COLINO DE SOUSA
Colaboradores

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	4
1 OBJETIVO GERAL	5
1.1 Objetivos específicos.....	5
2 JUSTIFICATIVA	6
2.1 Índice de analfabetismo com idade acima de 15 anos por DRE, Município e Tocantins	7
2.2 Alunos matriculados na EJA no Tocantins.....	11
3 DIFERENCIAL DO CEJA.....	12
4 PRINCÍPIOS.....	15
5 PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO NA ESCOLA-PPP	15
6 IDENTIFICAÇÃO DOS CEJA.....	19
7 DOS EDUCANDOS DO CEJA	19
8 BASES DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	20
9 ESTRUTURAS CURRICULARES	20
10 ÁREAS DE CONHECIMENTO	23
10.1 Parte Diversificada	29
10.1.1 O Projeto de Vida	29
11 PLANEJAMENTO.....	30
11.1 Atividades de planejamento.....	30
12 AVALIAÇÃO	30
12.1 Avaliação Institucional.....	31
REFERÊNCIAS	32

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, o cenário educacional do Brasil vem sendo modificado, muito em função do processo de redemocratização no País, que tem como marco legal a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL,1988), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) e os Planos Nacionais de Educação (BRASIL, 2001), especialmente, a aprovação da Lei 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação - PNE de 2014 (BRASIL,2014), e a aprovação dos Planos Subnacionais que, nos seus conjuntos de metas para todos os níveis e etapas da educação, requerem ações em prol da melhoria da qualidade da educação. Esse objetivo será alcançado somente se as ações primarem pela garantia do acesso, da permanência e do sucesso de todas as crianças e estudantes.

Nesse contexto, a Secretaria de Estado da Educação, Juventude e Esportes considera fundamental a reestruturação das ações da educação, tendo o Plano Estadual de Educação como instrumento macro das políticas educacionais, visto que, por exemplo, os índices mais recentes do Tocantins em percentuais de 9,7% de analfabetismo, 20% de analfabetismo funcional, 7,2% de evasão escolar revelam a quantidade de jovens e adultos que não concluíram, pelo menos, doze anos de Educação Básica. (registrar dados)

Assim, com o objetivo de contribuir para o cumprimento das metas 7 a 10 do Plano Estadual de Educação, a SEDUC-TO propõe a implantação dos Centros de Educação de Jovens e Adultos na Rede Estadual de Educação do Tocantins com o intuito de ampliar a oferta de Educação de Jovens e Adultos da Alfabetização ao Ensino Médio, em três turnos, num espaço que integre o acolhimento do público que não teve acesso ou que teve o processo de escolarização interrompido no sistema regular de ensino, por fatores sociais, de trabalho, não identificação com o ensino regular iniciado, entre outros; e garanta acesso à educação por meio da ação docente no processo de ensino e de aprendizagem, oferecendo espaço para uma releitura sobre o papel social da escola, o currículo, a formação dos professores, a proposta pedagógica, os aspectos da avaliação, tendo como referencial os pressupostos teóricos do educador Paulo Freire.

A Secretária de Estado da Educação, Juventude e Esportes, Adriana da Costa Pereira Aguiar, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 42, § 1º, incisos I, II e IV, da Constituição do Estado do Tocantins, por meio da Portaria/Seduc nº 52, de 12 de

janeiro de 2021, constituiu, em seu Art. 1º, a comissão para estudo e implantação do primeiro Centro de Educação de Jovens e Adultos do Estado. Para compor a comissão desta portaria, foram designados os servidores Eliziete Viana Paixão (presidente), matrícula: 527844-2; Graciela Souza dos Santos, matrícula:11558580-2; João Rosado Diniz Filho, matrícula: 556870-2; Luciene Siqueira Freitas, matrícula: 849847-4; Kelma Tavares Barbosa, matrícula: 241778-3; e Maria do Socorro Soares Coelho, matrícula: 585352. Em seu Art. 3º, ficou estabelecido o prazo de 20 (vinte) dias para conclusão dos trabalhos e apresentação de relatórios parciais das demandas necessárias e algumas providências para a Implantação do Centro de Educação de Jovens e Adultos no município de Gurupi.

1. OBJETIVO GERAL

Redimensionar a função da escola e (re)significar o seu papel social para a oferta de uma educação inclusiva, emancipadora, com perspectiva da transformação social, por meio da Educação Básica e Profissional, nas etapas de Alfabetização, Ensino Fundamental e Ensino Médio, num Centro que integra educação, cultura e trabalho e assegurar um currículo e atividades pedagógicas e administrativas, que contemplem os saberes acumulados em decorrência das experiências de vida e hábitos dos sujeitos, público alvo da Educação de Jovens e Adultos, no decorrer do seu desenvolvimento humano.

1.1. Objetivos específicos

- I** Ofertar um ensino que desperte para a consciência da identidade dos sujeitos, que os inquiete diante da realidade e os conduza à ação de participar da sociedade com domínio de instrumentos da cultura letrada;
- II** Investir na formação docente, na perspectiva de que os docentes devem considerar a diversidade da condição dos estudantes, sem restar dúvidas quanto aos direitos deles, uma vez que os conhecimentos das áreas e componentes afins só podem dar-se permeados pela análise crítica de como funciona a sociedade, as identidades em trânsito;

III Construir um currículo e uma proposta pedagógica capazes de integrar formação intelectual, tecnológica, processos produtivos, trabalho individual e coletivo, tendo como perspectiva a apropriação pelos estudantes da compreensão técnico-científica dos processos produtivos e as possibilidades de construção de uma nova conformação social orientada a partir do projeto da classe trabalhadora;

III Desenvolver um trabalho pedagógico significativo para que o ensino e a aprendizagem de fato se efetivem e os conteúdos escolares sejam trabalhados com rigor e compromisso de fazer os estudantes refletir, discutir e agir sobre a realidade;

IV Organizar um sistema de avaliação do processo de ensino e de aprendizagem que considere o mundo social dos estudantes, que respeite o desenvolvimento e as especificidades de cada um e permita refletir sobre a ação pedagógica da escola e do professor, de forma crítica, tornando o processo transparente, dialético e organizado, por meio de instrumentos discutidos e elaborados para a avaliação;

V Construir um Projeto Político Pedagógico - PPP alicerçado numa pedagogia crítica, capaz de ouvir as pessoas, acolher e discutir as participações, acreditar no professor como coordenador da ação educativa, no estudante como sujeito participante, na escola como *locus* de currículo e cultura e na sala de aula como espaço de diálogo capaz de produzir mudanças desejáveis para uma sociedade justa e igualitária.

2. JUSTIFICATIVA

Os dados do analfabetismo no Tocantins, em 2019, de acordo a Pesquisa Nacional Amostra por Domicílio (PNAD), apontam que 117 mil pessoas com 15 anos ou mais não sabiam ler e escrever, ou seja, uma taxa de analfabetismo de 9,7%. Dessas pessoas analfabetas, 7,2% se consideram de cor branca e 10,3% de cor preta ou parda. Há, ainda, um número significativo(ver dados) de pessoas com 25 anos ou mais que não concluiu o ensino médio. Aqui apontamos mais alguns indicadores que configuram a necessidade de promover uma educação diferenciada e significativa que atenda esses tocantinenses que estão a tanto tempo fora da escola.

2.1 Índice de analfabetismo com idade acima de 15 anos por DRE, Município e Tocantins

DIRETORIA REGIONAL DE ARAGUAINA		
MUNICÍPIOS	Quantidade de Analfabetos com mais de 15 anos (Censo 2010)	Taxa de Analfabetismo Censo 2010
ANANÁS	1308	19,27%
ARAGUAÍNA	9450	8,58%
ARAGUANA	603	17,83%
BABAÇULANDIA	1574	20,58%
BARRA DO OURO	599	22,53%
CAMPOS LINDOS	1040	20,96%
CARMOLANDIA	306	19,02%
FILADELFIA	1116	19,03%
GOIATINS	1959	25,27%
MURICILANDIA	511	23,86%
PIRAQUE	443	21,14%
RIACHINHO	643	22,56%
SANTA FÉ DO ARAGUAIA	876	19,69%
WANDERLANDIA	1475	18,92%
XAMBIOA	1471	17,93%
ARAGOMINAS	990	23,80%
DIRETORIA REGIONAL ARRAIAS		
MUNICÍPIOS	Quantidade de Analfabetos com mais de 15 anos (Censo 2010)	Taxa de Analfabetismo Censo 2010
ARRAIAS	1567	20,87%
AURORA DO TOCANTINS	528	20,97%
COMBINADO	612	18,29%
LAVANDEIRA	253	22,49%
NOVO ALEGRE	232	13,78%
PARANÁ	1837	25,93%
DIRETORIA REGIONAL ARAGUATINS		
MUNICÍPIOS	Quantidade de Analfabetos com mais de 15 anos (Censo 2010)	Taxa de Analfabetismo Censo 2010
ARAGUATINS	4134	19,77%
AUGUSTINOPOLIS	2458	22,29%
AXIXÁ DO TOCANTINS	1501	23,95%
BURITI DO TOCANTINS	1515	22,36%
CARRASCO BONITO	680	28,95%
ESPERANTINA	1384	22,67%
PRAIA NORTE	1494	30,96%
SAMPAIO	578	23,92%

SÃO BENTODO TO	591	19,66%
SÃO SEBASTIÃO DO TO	734	25,75%
SÃO MIGUEL DO TO	1736	24,95%
SITIO NOVO DO TO	1654	26,01%

DIRETORIA REGIONAL DE COLINAS

MUNICÍPIOS	Quantidade de Analfabetos com mais de 15 anos (Censo 2010)	Taxa de Analfabetismo Censo 2010
ARAPOEMA	823	17,43%
BANDEIRANTE DO TO	378	17,06%
BERNARDO SAYÃO	573	17,99%
BRASILÂNDIA DO TO	245	16,82%
COLINAS DO TO	2702	12,09%
ITAPIRATINS	481	19,09%
JUARINA	239	15,19%
NOVA OLINDA	1275	17,16%
PALMEIRANTE	660	19,88%
PAU D' ARCO	604	18,68%
TUPIRATINS	297	20,47%

DIRETORIA REGIONAL DE DIANOPOLIS

MUNICÍPIOS	Quantidade de Analfabetos com mais de 15 anos (Censo 2010)	Taxa de Analfabetismo Censo 2010
ALMAS	1107	21,08%
CONCEIÇÃO DO TO	640	23,18%
DIANOPOLIS	1620	12,37%
NOVO JARDIM	314	19,89%
PONTE ALTA DO BOM JESUS	807	25,02%
PORTO ALEGRE DO TO	377	19,87%
RIO DA CONCEIÇÃO	158	14,02%
TAGUATINGA	2.062	19,02%
TAIPAS	348	26,05%

DIRETORIA REGIONAL DE GUARAI

MUNICÍPIOS	Quantidade de Analfabetos com mais de 15 anos (Censo 2010)	Taxa de Analfabetismo Censo 2010
COLMÉIA	1210	18,97%
COUTO MAGALHÃES	607	17,45%
FORTALEZA DO TABOCÃO	301	17,04%
GOIANORTE	587	16,77%
GUARAI	1923	11,23%
ITAPORÃ DO TO	332	18,83%
PEQUIZEIRO	700	19,67%

PRESIDENTE KENNEDY	429	16,35%
DIRETORIA REGIONAL DE GURUPI		
MUNICIPIOS	Quantidade de Analfabetos com mais de 15 anos (Censo 2010)	Taxa de Analfabetismo Censo 2010
ALIANÇA DO TO	599	14,44%
ALVORADA	631	10,22%
ARAGUAÇU	962	14,48%
CARRI DO TO	410	14,43%
CRIXÁS DO TO	118	10,67%
DUERÉ	420	12,52%
FIGUEIROPOLIS	676	16,92%
FORMOSO DO ARAGUAIA	1691	12,92%
GURUPI	3691	6,39%
JAÚ DO TO	343	13,42%
PALMEIROPOLIS	721	13,28%
PEIXE	1236	16,51%
SANDOLÂNDIA	406	16,58%
SÃO SALVADOR DO TO	382	19,02%
SÃO VALÉRIO	622	20,01%
SUCUPIRA	186	15,26%
TALISMÃ	350	18,68%
DIRETORIA REGIONAL DE MIRACEMA		
MUNICIPIOS	Quantidade de Analfabetos com mais de 15 anos (Censo 2010)	Taxa de Analfabetismo Censo 2010
BARROLANDIA	438	14,93%
DOIS IRMÃOS	918	17,05%
LIZARDA	546	22,36%
MIRACEMA DO TO	1614	11,01%
MIRANORTE	1272	13,75%
RIO DOS BOIS	354	19,25%
TOCANTINIA	842	20,25%
DIRETORIA REGIONAL DE PALMAS		
MUNICIPIOS	Quantidade de Analfabetos com mais de 15 anos (Censo 2010)	Taxa de Analfabetismo Censo 2010
APARECIDA DO RIO NEGRO	438	14,93%
LAJEADO	187	9,68%
LAGOA DO TO	494	22,58%
MATEIROS	371	26,37%
NOVO ACORDO	385	14,98%
RIO SONO	865	19,89%
PALMAS	6300	3,76%

SANTA TEREZA DO TO	252	14,57%
SÃO FELIX DO TO	182	20,31%
DIRETORIA REGIONAL DE PARAISO		
MUNICÍPIOS	Quantidade de Analfabetos com mais de 15 anos (Censo 2010)	Taxa de Analfabetismo Censo 2010
ABREULANDIA	219	13,38%
ARAGUACEMA	710	16,36%
CASEARA	566	17,95%
CHAPADA DE AREIA	189	18,09%
CRISTALANDIA	670	12,61%
DIVINOPOLIS	557	16,43%
LAGOA DA CONFUSÃO	935	13,05%
MARIÁNOPOIS DO TO	546	17,97%
MONTE SANTO DO TO	249	16,31%
NOVA ROSALÂNDIA	413	15,36%
PARAISO TO	2258	6,85%
PIUM	924	19,43%
PUGMIL	209	12,97%
DIRETORIA REGIONAL DE PEDRO AFONSO		
MUNICIPIOS	Quantidade de Analfabetos com mais de 15 anos (Censo 2010)	Taxa de Analfabetismo Censo 2010
BOM JESUS DO TO	383	14,98%
CENTENÁRIO	509	28,55%
ITACAJÁ	878	18,24%
PEDRO AFONSO	881	10,51%
RECURSOLANDIA	657	27,63%
SANTA MARIA DO TO	357	17,62%
TUPIRAMA	179	15,95%
DIRETORIA REGIONAL DE PORTO NACIONAL		
MUNICIPIOS	Quantidade de Analfabetos com mais de 15 anos (Censo 2010)	Taxa de Analfabetismo Censo 2010
BRAJINHO DE NAZARÉ	617	16,63%
CHAPADA DA NATIVIDADE	473	20,69%
FÁTIMA	404	14,92%
IPOEIRAS	178	15,79%
MONTE DO CARMO	909	19,44%
NATIVIDADE	1222	19,07%
OLIVEIRA DE FÁTIMA	120	16,76%
PINDORAMA DO TO	467	14,79%
PONTE ALTA DO TO	829	16,62%
PORTO NACIONAL	3272	9,22%

SANTA RITA DO TO	223	14,99%
SANTA ROSA DO TO	539	17,72%
SILVANÓPOLIS	640	17,59%
DIRETORIA REGIONAL DE TOCANTINÓPOLIS		
MUNICIPIOS	Quantidade de Analfabetos com mais de 15 anos (Censo 2010)	Taxa de Analfabetismo Censo 2010
AGUIARNÓPOLIS	593	17,15%
ANGICO	390	17,56%
CACHOEIRINHA	257	18,02%
DARCINÓPOLIS	745	20,67%
ITAGUATINS	1009	24,79%
LUZINÓPOLIS	325	18,19%
MAURILÂNDIA DO TO	492	23,61%
NAZARÉ	650	20,92%
PALMEIRAS DO TO	667	16,86%
SANTA TEREZINHA	367	21,21%
TOCANTINÓPLIS	2477	15,69%

2.2. Alunos matriculados na EJA no Tocantins

MATRÍCULAS DA EJA POR ANO - TOCANTINS 2008 - 2020								
ANO	EJA - ANOS INICIAIS	EJA - ANOS FINAIS	EJA - ENSINO MÉDIO	EJA - PROJOV EM URBANO	EJA ENSINO FUNDAMENTAL - FIC	EJA ENSINO MÉDIO - FIC	EJA MÉDIO - TÉCNICO INTEGRADO (PROJOV EM)	TOTAL EJA
2008	998	5.545	8.131	-	-	-	-	14.674
2009	629	3.721	9.581	-	115	-	216	14.262
2010	599	3.632	10.300	-	-	-	188	14.719
2011	656	3.376	7.200	-	-	-	116	11.348
2012	962	3.467	10.537	-	154	-	342	15.462
2013	1.079	2.610	9.863	43	149	-	229	13.973
2014	1.344	1.934	9.044	276	20	-	230	12.848
2015	1.246	1.931	9.348	97	422	-	160	13.204
2016	1.308	2.032	9.582	76	247	-	14	13.259
2017	1.781	2.177	8.909	-	-	-	70	12.937
2018	1.822	2.069	9.096	-	-	-	78	13.065
2019	1.824	1.663	8.046	-	-	-	95	11.628

2020*	1.550	1.250	6.137	-	-	-	89	9.026
TOTAL:								170.405
Fonte: SEDUC/TO - Gerência de Estatísticas e Informações Educacionais – 2008 - 2019								

*OBS. Os dados de matrículas de 2020 se referem às matrículas efetivadas até o dia 29/01/2020, em consulta feita no SGE. Os demais escores referem-se aos dados extraídos do Censo Escolar.

A Secretaria da Educação, Juventude e Esportes, em atenção à função social da educação frente às demandas da sociedade tocantinense, ofertou e investiu, historicamente, na modalidade de Educação de Jovens e Adultos da Rede Estadual de Ensino, conforme demonstrativo do quantitativo de estudantes por ano, num intervalo entre os anos de 2008 a 2020, com dados extraídos do SGE/CENSO, com a intencionalidade de retratar o contexto da EJA na Rede Estadual.

Assim, a criação de um Centro de Educação de Jovens e Adultos é relevante e tem a perspectiva de considerar o homem inserido em uma cultura por ele constituída, fazer compreender as relações que se estabelecem na escola e favorecer o papel do professor de perceber que cada indivíduo deve despertar para a consciência de sentido do seu existir, da sua cultura, da cultura do outro, com respeito, competência e compromisso pedagógico de desvelar a estreita relação entre educação, cultura e trabalho numa sociedade competitiva e cheia de contradições.

Diante dessa realidade, o Centro de Educação de Jovens e Adultos tem como princípio garantir o direito à educação e ofertar ensino formal e de qualidade para jovens e adultos, de forma inclusiva, de modo que esses sujeitos possam alcançar sua realização pessoal por meio do desenvolvimento intelectual, da formação para o trabalho e do efetivo exercício da cidadania.

Dessa forma, os jovens e adultos de diversas regiões do Tocantins, que não tiveram a oportunidade de ingressar ou permanecer na escola até a conclusão de seus estudos, podem concluir a Alfabetização, o Ensino Fundamental e o Médio, com qualificação profissional. Se assim desejarem, poderão se preparar para continuar seus estudos, ampliar seus conhecimentos e, eventualmente, conseguir melhores condições de trabalho.

3. DIFERENCIAL DO CEJA

O Centro de Estudos da Educação de Jovens e Adultos – CEJA tem como

diferencial adequar tempos e espaços para os estudantes em decorrência do trabalho e atenderá:

- a) 1º segmento: correspondente aos anos iniciais do ensino fundamental, que compreende cinco períodos;
- b) 2º segmento: correspondente aos anos finais do ensino fundamental, que compreende quatro períodos;
- c) 3º segmento: corresponde ao ensino médio, que compreende três períodos.

Para ingressar nas modalidades ofertadas, deve-se cumprir os seguintes requisitos:

1. 1º e 2º segmentos: 15 anos completos, no ato da matrícula;
2. 3º segmento: 18 anos completos, no ato da matrícula.

Os estudantes atendidos no CEJA serão matriculados por área de conhecimento, com a possibilidade do Reconhecimento de Saberes adquiridos ao longo da vida, identificando as habilidades e competências desenvolvidas nas suas experiências de vida, profissionais, em capacitações expandidas com formações não certificadas, entre outras. Assim, o Reconhecimento de Saberes visa diagnosticar e registrar os conhecimentos adquiridos ao longo da vida do ingresso nos CEJAS, e esse processo contempla os estudantes que possuem ou não documentos comprobatórios de educação formal, mas que ampliaram suas capacidades por meio de suas vivências com educação formal ou informal.

Assim, objetivamos dar continuidade ao processo educativo de aprendizagem do público atendido nos CEJAS, focando no que o estudante já sabe, que servirá como indicador diagnóstico da etapa da educação básica adequada, e indicador do caminho para a construção de novas competências.

O processo de Reconhecimento de Saberes deverá ocorrer em três etapas:

1. Constituição de Banca Avaliadora de Reconhecimento de Saberes, a qual deverá, necessariamente, contar com membros da equipe diretiva escolar e docentes especialistas, preferencialmente, em Língua Portuguesa e Matemática, com os devidos mecanismos de registros escolares disponíveis;
2. Realização da análise das competências desenvolvidas pelo estudante ao longo da vida, com a utilização de instrumentos como: portfólio elaborado pelo aluno com critério e elementos essenciais indicados pela Banca; entrevistas com questionamentos elaborados pela Banca; realização de atividades elaboradas pela

Banca envolvendo leitura, interpretação de textos, utilização de diversas linguagens e o letramento matemático, conforme diagnóstico da vida pregressa estudantil; demonstrações de competências e habilidades, conforme critério estabelecidos pela Banca, conforme diagnóstico da vida pregressa estudantil;

3. Formulação de Relatório Pedagógico Descritivo do estudante, a fim de registrar o resultado das proposições do item 2, estruturando o Registro Oficial do Reconhecimento de Saberes, que pode ser total com indicação da etapa adequada de inserção do estudante, ou parcial com a indicação de ações de intervenção por parte do estudante ou da instituição.

Apontamos mais alguns aspectos considerados como diferenciais nos CEJAS:

- Flexibilização curricular e de oferta;
- Na aula presencial: atendimento por área de conhecimento, orientação de estudos, avaliação da aprendizagem e plantão de dúvidas;
- Nas aulas on-line: repositório *on-line* (*Google Drive*) onde serão disponibilizados os roteiros de estudo e conteúdos didáticos em formato digital. O estudante terá a opção de acessar o material de estudos impresso no CEJA e obter acompanhamento tutorial síncrono (ao vivo) por meio de videoconferências pré-agendadas pelo *Google Meet*, *lives* no *Youtube*, além de plantão de dúvidas via redes sociais (*Whatsapp*), ou atendimento pelo *call-center* (telefone fixo ou móvel disponível no CEJA). A opção de tirar dúvidas pelos telefones é necessária para atender os estudantes que não possuem dispositivos móveis conectados à Internet ou computadores pessoais, mas que podem estudar e realizar as atividades propostas nos roteiros de estudos impressos, contando com o suporte pedagógico acessível via *call-center* do CEJA;
- Infraestrutura tecnológica e de internet: O CEJA disponibilizará laboratório de informática com acesso à internet para os estudantes realizarem as atividades educativas presenciais e/ou *on-line* que necessitam de recursos tecnológicos educacionais disponíveis.

Por fim, os CEJAS representam uma oportunidade de atendimento educacional diferenciado, considerando o público ao qual se destina, composto por estudantes que, por diversos motivos, não puderam continuar a carreira acadêmica estudantil, mas que construíram competências e habilidades ao longo da vida, que serão consideradas relevantes em todo o processo educativo planejado para os CEJAS.

Na oferta de educação no CEJA, o estudante tem a possibilidade de dar

continuidade à educação formal, e optar pela qualificação dos cursos profissionalizantes ofertados de forma concomitante, conforme a ementa dos cursos em cada centro.

4. PRINCÍPIOS

O CEJA fundamenta-se nos seguintes princípios:

I Educação de Jovens e Adultos como direito, destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio.

II Educação de Jovens e Adultos como direito, com resgate das funções: reparadora, equalizadora e qualificada;

III Educação voltada para o exercício da cidadania e para a solidariedade, a justiça social e a postura crítica frente à realidade.

IV Educação ao longo da vida, visando à satisfação das necessidades básicas de aprendizagem dos jovens e adultos, de modo que possam alcançar patamares comuns de escolaridade, percorrendo trajetórias escolares distintas.

V Educação que promova a relação, sem hierarquização e sem nenhum tipo de preconceito ou discriminação, entre pessoas com diferenças de cultura, etnia, cor, idade, gênero, orientação sexual, ascendência nacional, origem e posição social, profissão, religião, opinião política, estado de saúde, deficiência, aparência física ou outra diversidade.

VI Os Centros de Educação de Jovens e Adultos serão planejados para atender as necessidades do público alvo da EJA, com atividades de caráter presencial e a distância, podendo funcionar nos três turnos de acordo com a confirmação da demanda.

5 . PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO NA ESCOLA - PPP

O Projeto Político Pedagógico (PPP) vem em cumprimento da lei de diretrizes e bases da educação (LDB), Lei 9394/96, que prevê em seu art. 12, inciso I, que os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as de seus sistemas de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar seu Projeto Político Pedagógico. Essa atribuição destinada aos sistemas de ensino possibilitou se instaurar um amplo processo de discussão e debates para se chegar a um resultado que defina as ações

educativas, bem como as condições necessárias para que as escolas cumpram seus propósitos e sua intencionalidade estabelecidas no PPP, construído de forma colaborativa.

É no PPP que a escola se identifica, rompendo com a padronização. Assim, o coletivo da escola deixa clara a identidade da instituição educacional, suas diferenças em relação ao todo, revela a sua originalidade e a sua singularidade. A construção do Projeto Político Pedagógico exige uma metodologia participativa que envolva todos os sujeitos e órgãos colegiados da escola, trazendo os diferentes, os contraditórios e gerando um processo de crítica e tomada de consciência das fragilidades, limites e possibilidades.

O Projeto Político Pedagógico, como documento orientador do trabalho escolar nas dimensões administrativa, pedagógica, financeira e jurídica, tem como foco o estudante, a aprendizagem, a formação e a organização do processo da gestão democrática e autonomia da unidade escolar, a relação escola-comunidade e a valorização dos profissionais para o alcance dos objetivos, metas e resultados, inclusive, neste momento, considerando o período atípico da pandemia do novo coronavírus e as sequelas que, certamente, serão deixadas para o período pós-pandemia.

Nesse contexto, os diretores dos CEJA, assim como todos os diretores de unidades escolares que compõem o Sistema Estadual de Ensino do Tocantins devem firmar o compromisso de promover a construção do PPP com efetiva participação de todos os envolvidos na comunidade, por meio da escuta e acolhimento das proposições da comunidade escolar, elaboração do planejamento de forma coletiva, contemplando a concepção pedagógica, as diretrizes, a organização e os instrumentos de acompanhamento e avaliação das ações da instituição, do trabalho administrativo e pedagógico, bem como do desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes. A articulação e participação efetiva da Associação de Apoio à Escola ou Conselho Escolar é fundamental nesse processo.

Assim, o PPP deve expressar o conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais que orientam as práticas pedagógicas e administrativas da escola, seguindo as normas do sistema educacional, partindo do princípio de que a escola deve ser democrática, pública e gratuita e, nessa articulação, deve propiciar a participação das pessoas no planejamento e na tomada de decisões, primar pela igualdade, qualidade, liberdade/autonomia e valorização do trabalho docente, além de reconhecer os princípios teóricos e legais que o regem, como:

- O que a equipe compreende como direito à educação?
- Quais instrumentos garantem o direito à educação?
- Quem tem direito à educação e como a equipe observa a garantia desse direito na educação?
- Como esse direito se traduz em garantia de atendimento com qualidade e equidade?
- A Proposta Curricular proporciona reflexões e articula-se ao trabalho docente?
- A equipe docente reconhece na Proposta Curricular quais ações deverão ser desenvolvidas para sua implementação?
- A equipe gestora reconhece, subsidia, orienta e coordena ações coletivas para a elaboração do PPP e do Plano de Trabalho Docente?
- Como articular, acompanhar e avaliar a efetivação da Proposta Pedagógica Curricular no processo de ensino e aprendizagem?
- Como identificar e organizar os principais passos para a elaboração do PPP?
- Como mediar fragilidades, dificuldades e reconhecer as potencialidades no processo de escrita do documento?
- Como efetivar a implementação do PPP por meio do Plano de Ação reconhecendo a importância e as possibilidades de organização dos tempos, dos espaços, do reconhecimento do entorno da escola e das situações de vulnerabilidades e de potencialidades e como estas podem se articular aos processos de ensino e aprendizagem?
- Como articular a participação de toda a comunidade escolar na elaboração do PPP da escola?

O PPP deve articular os elementos constitutivos que o fundamentam:

- **Reconhecimento de quem somos:** reconhecer a realidade dos sujeitos e do entorno da escola delinea a identidade institucional e possibilita identificar e fortalecer práticas pedagógicas coerentes com a realidade. Assim, o diagnóstico deve descrever as características mais relevantes e o perfil socioeconômico da comunidade em que a escola está inserida, a diversidade dos sujeitos que compõem a escola e servirá como ponto de partida para o planejamento das ações educacionais e do processo de ensino e aprendizagem;
- **Saber que educação se quer ofertar:** são os fundamentos teóricos que a escola se pauta que definem a sua função social. Nesse contexto, a escola define a base do planejamento de ensino e do trabalho docente, das ações que serão desenvolvidas e

orienta a prática educativa condizente com as necessidades de aprendizagem dos estudantes;

- **Planejar e decidir, no coletivo, o que fazer para materializar a educação que se quer ofertar:** elaborar um documento que expresse a identidade e a autonomia da instituição, com efetiva participação da comunidade escolar e rede de colaboradores, respeitando o princípio da gestão democrática no planejamento e tomada de decisões das ações da escola;
- **Planejar e decidir, no coletivo, como fazer para materializar a educação que se quer ofertar:** realizar levantamento de demanda, garantir vagas e realizar a matrícula dos estudantes, em cumprimento ao artigo XX da CF, aos artigos XX da LDB, às Metas 7 a 10 do PEE-TO; organizar o currículo do CEJA, contemplando as Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos, as orientações curriculares a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e Documento Curricular do Território do Tocantins (DCT-TO); implementar projeto de formação continuada em serviço para professores e equipe escolar, contemplando as concepções pedagógicas que embasam a educação de jovens e adultos, numa perspectiva emancipatória e libertadora; elaborar instrumentos de acompanhamento pedagógico e de avaliação das ações da instituição e do desenvolvimento das aprendizagens dos estudantes; organizar tempo para planejamento dos professores com acompanhamento da coordenação pedagógica; definir formas e instrumentos de registros das atividades educacionais desenvolvidas no CEJA.
- O projeto político pedagógico é um documento que **possibilita a autonomia da instituição** e, portanto, **pode apresentar diferentes estruturas** e elementos, considerando o currículo vigente. Segue uma sugestão de estrutura:
- **Contextualização histórica e caracterização da escola:** informações que fortalecem a identidade da instituição;
- **Diagnóstico de indicadores educacionais:** relação dos indicadores educacionais da escola. Ex: matrícula e fluxo;
- **Princípios e objetivos da instituição:** como a instituição vai propiciar o acesso ao saber elaborado (ciência); quais elementos orientarão a proposta pedagógica libertadora e considera o diálogo como uma das categorias fundantes para tratar das questões sobre o currículo na perspectiva crítico-emancipatória e empenhada na humanização dos sujeitos;

- **Fundamentação teórica e bases legais:** concepção de educação e de sujeito, cuja materialidade ocorre na sala de aula pautada numa teoria crítica do currículo, por meio de uma relação dialética entre o que se ensina e o contexto histórico, social, político e cultural, na perspectiva de um projeto social que contribua para a emancipação dos sujeitos. A teoria embasa o currículo e o trabalho administrativo e pedagógico da instituição e dispositivos legais que normatizam a atuação escolar na sua comunidade/território;
- **Plano de ação:** definição dos projetos institucionais a serem realizados, atividades, eventos escolares e sua relação com os princípios, objetivos, currículo, ensino e aprendizagem dos estudantes; instrumentos e formas de acompanhamento, avaliação das ações, dos prazos e do compromisso dos responsáveis pela execução de cada ação, bem como dos resultados alcançados.

6 . IDENTIFICAÇÃO DOS CEJA

Os Centros de Educação de Jovens e Adultos serão implantados nos municípios de Araguaína, Gurupi e Palmas por serem mais populosos e com maior número de matrículas na modalidade - EJA, podendo funcionar nos três turnos para atender as necessidades do público trabalhador da EJA. Os CEJAS são vinculados às Diretorias Regionais de Educação, que nortearão todo o seu trabalho por Projeto Pedagógico, nos termos da legislação em vigor. Estrategicamente, o Centro de Educação de Jovens e Adultos será implantado na cidade de Gurupi –TO, conforme justificativa dos dados estatísticos.

7 . DOS EDUCANDOS DO CEJA

Os CEJAS destinam-se a garantir o direito à educação daqueles que, por motivos diversos, foram excluídos dos processos de escolarização na idade certa. Serão centros de ensino destinados a cumprir a função social da escola de materializar a garantia do direito à educação, por meio da inclusão de sujeitos oriundos das camadas não escolarizadas, empobrecidas, negros, idosos, trabalhadores, não trabalhadores, pessoas

com dificuldades, TEA e altas habilidades/superdotação, as donas de casa, que nas suas diversas condições de ser mulher, não puderam ingressar ou concluir seus estudos, dentre outros, que compõem, sobretudo, a parcela deixada à margem da sociedade, por questões relacionadas à inúmeras impossibilidades, ao fracasso escolar, como os repetentes, evadidos, defasados, aceleráveis, sujeitos deixado de fora do processo educacional e da dimensão das condições da formação escolar humana.

A idade mínima para o ingresso no curso da EJA, conforme Art. 19 da Resolução CEE/TO nº 64, de 16 de março de 2021, será respectivamente:

I - Ensino Fundamental:

a) 1º e 2º Segmentos: 15 anos completos, no ato da matrícula;

II – Ensino Médio:

b) 3º Segmento: 18 anos completos, no ato da matrícula.

8 . BASES DA ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

Com a publicação da BNCC como referencial das aprendizagens mínimas para a educação básica de todo o país, o Estado do Tocantins elaborou o Documento Curricular do Estado do Tocantins-DCT para o ensino fundamental, o qual foi homologado pelo Conselho Estadual de Educação e está em processo de implementação. Para a etapa do Ensino Médio, o documento que referencia as aprendizagens mínimas encontra-se no Conselho Estadual de Educação – CEE, em fase de análise e posterior homologação.

9. ESTRUTURAS CURRICULARES

A distribuição da carga horária para o Ensino Fundamental (1º e 2º segmentos) e Ensino Médio (3º segmento), atendendo às especificidades da oferta no CEJA, segue a tabela a seguir:

Ensino Fundamental/ Segmentos	Carga Horária Total por Segmento	OFERTA EM MÓDULOS/SEMESTRAL					
		Linguagens 29,5%	Matemática 25,5%	Ciências Humanas 22,5%	Ciências da Natureza 22,5%	Carga Horária Total	
S e g m e n t o s	1º segmento	2.500h/a	738	638	562	562	2.500 h/a
			65% não presencial: 479h/a 35% presencial: 259h/a	65% não presencial: 415h/a 35% presencial: 223h/a	65% não presencial: 366h/a 35% presencial: 196h/a	65% não presencial: 366h/a 35% presencial: 196h/a	
	2º segmento	2.000h/a	590	510	450	450	2.000 h/a
			65% não presencial: 384h/a 35% presencial: 206h/a	65% não presencial: 332h/a 35% presencial: 178h/a	65% não presencial: 293h/a 35% presencial: 157h/a	65% não presencial: 293h/a 35% presencial: 157h/a	
Ensino Médio/segmento	Carga Horária Total por segmento	Linguagens e suas Tecnologias 29,5%	Matemática e suas Tecnologias 25,5%	Ciências Humanas e Sociais Aplicadas 22,5%	Ciências da Natureza e suas Tecnologias 22,5%	Carga Horária Total	
3º segmento	1.500 h/a	443	383	337	337	1.500 h/a	
		65% não presencial: 288h/a 35% presencial: 155h/a	65% não presencial: 249h/a 35% presencial: 134h/a	65% não presencial: 220h/a 35% presencial: 117h/a	65% não presencial: 220h/a 35% presencial: 117h/a		

Fonte: SEDUC/GCNIÉ

Após a análise do histórico escolar, o estudante será matriculado no módulo específico e de direito, cursando de forma gradativa e por semestre a oferta, contemplando a integralização de carga horária para sua certificação. Nos casos em que os estudantes que não possuírem documentos comprobatórios de vida escolar, deverá ser aplicado a Resolução do CEE/TO N° 186 de 25 de novembro de 2005 ou a que vier lhe substituir.

O cumprimento da carga horária será realizado por meio da oferta da EJA Combinada (direta ou indireta), atendendo 35% da oferta presencial e 65% da oferta não presencial.

Na EJA Combinada, a carga horária direta será mediada pelo professor regente, devendo constar obrigatoriamente a frequência do estudante e deverá contemplar mais que 75% de presença para a sua aprovação no módulo matriculado, desenvolvendo desta forma as competências, habilidades e experiências; e carga horária indireta, para a execução de atividades pedagógicas complementares, elaboradas pelo professor regente.

O módulo é composto de 35% de aulas presenciais e 65% de não presenciais e para a aprovação do estudante no módulo matriculado, este deverá cumprir e

integralizar a carga horária total de no mínimo 75% da oferta geral do curso.

O estudante não poderá ser matriculado em dois módulos concomitantes no semestre. Porém, a oferta do próximo módulo poderá ocorrer logo após ao término do módulo anterior, sendo flexível a oferta de acordo as cargas horárias dos módulos ofertados, ficando desta forma possível ao estudante cursar dois módulos em um mesmo semestre, quando for possível. Por exemplo: Para o 1º segmento o estudante matriculado integralizará seu curso em quatro semestres, não havendo a necessidade e tampouco a possibilidade de ofertar dois módulos em um mesmo semestre; Para o 2º segmento os módulos de Linguagem e Matemática deverão ser cursados individualmente a cada semestre, porém as áreas de Ciências da Natureza e Ciências Humanas, poderão ser cursadas em um mesmo semestre, desde que organizada uma oferta e concluída em um prazo de 10 semanas e a outra ofertada no restante das últimas 10 semanas, de forma a não prejudicar o bom andamento do processo; Para o 3º segmento a área de Linguagem e suas Tecnologias poderá ser ofertada associada em sequência a área de Ciências da Natureza e Suas Tecnologias, e Matemática associada em sequência a área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, a cada 10 semanas encerrará e alternará a oferta, integralizando toda a carga horária (presencial e não presencial) disponibilizada aos estudantes. A oferta total de cada módulo deverá ocorrer em no máximo 20 semanas.

A carga horária de 65% não presencial será cobrada do estudante a partir das entregas das atividades propostas pelo professor regente, mediante planejamento previsto no P.P.P. da Unidade Escolar e no Documento Curricular do Estado do Tocantins e faz-se necessário a devolução destes documentos por parte do estudante, de acordo prazos estabelecidos pelas Unidades Escolares.

A oferta ocorrerá por área de conhecimento no formato modular, ofertado de 2ª a 6ª feira, sendo a carga horária presencial flexível conforme a demanda do estudante, desde que se cumpra as horas obrigatórias expressas no quadro acima.

A junção da carga horária presencial (35%) e não presencial (65%) irão complementar a carga horária total do segmento em que o estudante estiver matriculado, não sendo permitido passar para outro módulo com déficit do módulo anterior.

Quanto à modulação dos servidores docentes, será respeitada a área de conhecimento estabelecida na tabela acima e o perfil do servidor para atender a oferta por área do conhecimento, de acordo com a Instrução Normativa de lotação; a modulação específica na área de linguagens (EF) e linguagens e suas tecnologias (EM),

na qual o professor do componente curricular de Educação Física, atendendo aos grupos de componentes que compõe cada área, deverá modular um profissional habilitado para auxiliar o estudante no desenvolvimento das competências estabelecidas por suas devidas habilidades, de acordo com este documento.

A parte diversificada será contemplada interdisciplinarmente / transdisciplinaridade nas demais áreas de conhecimento. Para a oferta dos 1º, 2º e 3º segmentos serão ofertados por áreas de conhecimentos, uma totalidade de 2,5% da carga horária da parte diversificada, integralizado a oferta estabelecida.

10 . ÁREAS DE CONHECIMENTO

Conforme o Documento Curricular do Tocantins - DCT, o Ensino Fundamental está organizado em cinco áreas do conhecimento: Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Ensino Religioso. Assim, os conhecimentos e saberes dos componentes que integram as áreas comunicam-se, promovendo uma intersecção na formação dos alunos, conservando as especificidades e os saberes próprios construídos e sistematizados nos diversos componentes.

As áreas do conhecimento explicitam seu papel na formação integral dos estudantes do Ensino Fundamental e destacam particularidades para os anos iniciais e os anos finais do EF, considerando tanto as características do estudante, quanto as especificidades e demandas pedagógicas dessas fases da escolarização.

Na perspectiva de valorizar as aprendizagens e as realidades locais, o Documento Curricular da Educação Infantil e do Ensino Fundamental para o Território do Tocantins, disposto na Resolução do CEE/TO nº 24/2019, apresenta as aprendizagens essenciais que os estudantes precisam desenvolver considerando a regionalidade do Estado, as culturas sociais expressas nas culturas populares com manifestações seculares, as riquezas representadas nas cidades históricas, nas comunidades quilombolas e ribeirinhas e na cultura indígena expressas nas comunidades autóctones no nosso estado.

Assim, a proposta pedagógica do CEJA deve oportunizar aos estudantes do 1º segmento, que corresponde aos anos iniciais do Ensino Fundamental, o desenvolvimento das habilidades de leitura e escrita, por meio da alfabetização e do letramento, bem como a consolidação do letramento matemático, valorizando as experiências advindas das realidades dos estudantes, considerando suas

particularidades e o perfil da turma.

É importante destacar que os estudantes, matriculados nos anos iniciais da Educação de Jovens e Adultos, apresenta um perfil diferenciado dos estudantes do ensino regular, visto que são trabalhadores, mães e pais de família que buscam, na maioria das vezes, a escolarização como meio para sua subsistência. Assim, o CEJA, ao definir os projetos que serão desenvolvidos, deve pautar-se na concepção de educação e de sujeito, na qual o currículo e o trabalho pedagógico proporcionem aos estudantes as condições necessárias para que a aprendizagem ocorra de forma significativa, e que possam estimular sua participação, bem como sua permanência na escola.

De acordo com a proposta pedagógica de alfabetização de Paulo Freire (1982, 1987), desenvolvida nos “Círculos de Cultura”, a linguagem e o diálogo eram o ponto de partida para a pesquisa e levantamento investigativo que definiriam os eixos temáticos para o desenvolvimento da leitura e da escrita. Desta forma, o 1º segmento da EJA tem como prioridade o aprimoramento dos saberes formais, o aperfeiçoamento das habilidades e competências para o exercício das atividades funcionais, a inserção dos estudantes no mundo do trabalho e a continuidade dos estudos.

Nesse sentido, os projetos multidisciplinar¹ e interdisciplinar² tornam-se uma forte ferramenta, pois possibilitam que a partir de um eixo ou temática, os professores adotem práticas que levem os estudantes a experienciar o objeto do conhecimento/conteúdos com as aprendizagens cognitivas.

No 2º segmento da EJA, compreendido como anos finais do Ensino Fundamental, o perfil da turma tende a ser mais heterogênia. Esse fator é ponto de reflexão para organização curricular, dos espaços da sala de aula e das estratégias de ensino que serão desenvolvidas pelo professor, como forma de garantir ao estudante o direito à educação e seu desenvolvimento de forma integral, respeitando sua individualidade, buscando sua qualificação para o trabalho e a continuidade dos estudos.

Isso demonstra a necessidade de organização curricular no sentido de garantir as aprendizagens necessárias que os estudantes precisam desenvolver, articuladas com a gestão do tempo escolar em sala de aula. Além disso, a relação entre estudante e objeto do conhecimento deve ser de construção social, por meio da interação entre a teoria e a

¹Projeto multidisciplinar é uma ferramenta de ensino ou de realizações que reúne diversas áreas do conhecimento, dentro de um assunto específico, onde tudo está interligado.

² Projeto interdisciplinar rompe com os paradigmas da pedagogia tradicional centrada na exposição de conteúdos pelos professores, propõe que o professor ultrapasse o papel de “transmissor de conteúdos” e adote uma postura de pesquisador, de organizador do processo de ensino aprendizagem. E o estudante passe de receptor passivo a ator do processo.

prática, ampliando os saberes não formais dos estudantes.

É importante destacar que a Unidade Escolar precisa realizar um diagnóstico com seus estudantes, tendo como possibilidade a aplicação de pesquisa relacionada às suas expectativas em relação ao retorno deste estudante aos estudos, no segundo segmento da EJA, bem como ampliar as informações quanto suas condições sociais, afetivas e educacionais, para que as equipes pedagógicas promovam reflexões e possam orientar a ação dos professores no decorrer de sua prática e na criação de situações de aprendizagem.

Para o 3º segmento, que corresponde ao Ensino Médio, a proposta para o trabalho com as áreas de conhecimento difere da proposta do Ensino Fundamental, dado que os componentes curriculares na parte do Ensino Fundamental apresentam-se na BNCC com competências e habilidades específicas, já no Ensino Médio, apresentam competências e habilidades comuns, com exceção dos componentes curriculares de Língua Portuguesa e de Matemática. No entanto, isso não indica que seja tratado de forma isolada. O que deve ocorrer é a integração dos conhecimentos entre os componentes curriculares da própria área e entre ela e as demais áreas do conhecimento e outros campos dos saberes, fazendo assim a interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade, a interação entre a parte e o todo.

Segundo BNCC do Ensino Médio (2018), as áreas de Ciências da Natureza e suas Tecnologias (Biologia, Física e Química), Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (História, Geografia, Sociologia e Filosofia) e Matemática e suas Tecnologias (Matemática) seguem uma mesma estrutura: definição de competências específicas de área e habilidades que lhes correspondem. Na área de Linguagens e suas Tecnologias (Arte, Educação Física, Língua Inglesa e Língua Portuguesa), além da apresentação das competências específicas e suas habilidades, são definidas habilidades para Língua Portuguesa. (BRASIL, 2017).

O Documento Curricular do Território do Tocantins do Ensino Médio (DCT do Ensino Médio) encontra-se no Conselho Estadual de Educação do Tocantins, para apreciação e aprovação do Plenário daquela Casa. Assim, além levar em consideração a BNCC, o presente Projeto do CEJA, acatará também as normas definidas pelo DCT do Ensino Médio como referencial curricular para os procedimentos de aprendizagens dos alunos do 3º segmento.

A área de Linguagens e suas Tecnologias:

Prevê que os estudantes desenvolvam competências e habilidades que lhes possibilitem mobilizar e articular conhecimentos desses componentes simultaneamente a dimensões socioemocionais, em situações de aprendizagem que lhes sejam significativas e relevantes para sua formação integral. (BNCC, 2017, p.481).

Além disso, a área de Linguagens e suas Tecnologias tem como primícias: a) assegurar o desenvolvimento de competências específicas e progressão das aprendizagens essenciais do Ensino Fundamental para o Ensino Médio; b) consolidar e ampliar as habilidades de uso e reflexão sobre as linguagens artísticas, corporais e verbais; c) formar estudantes críticos, criativos, autônomos, solidários e éticos, capazes de participar de forma plena nas diferentes práticas sociais e culturais e que saibam utilizar as múltiplas linguagens, em contextos sociais e de trabalho.

Dessa forma, o trabalho pedagógico da EJA deve perpassar pelas práticas de linguagens na vida cotidiana, seja no espaço escolar, familiar, do trabalho e nas relações sociais. As práticas de linguagens pressupõem “uma formação voltada a possibilitar uma participação mais plena dos jovens nas diferentes práticas socioculturais que envolvem o uso das linguagens” (BRASIL, 2017, 481).

A área de Matemática e suas Tecnologias no Ensino Médio “propõe colocar em jogo, de modo mais inter-relacionado, os conhecimentos já explorados na etapa anterior, a fim de possibilitar que os estudantes construam uma visão mais integrada da Matemática, ainda na perspectiva de sua aplicação à realidade”. (BRASIL, 2017, 527).

Na BNCC de Matemática, as habilidades estão organizadas conforme as unidades de conhecimento da própria área, sendo:

- a) Números;
- b) Álgebra;
- c) Geometria;
- d) Grandezas e Medidas;
- e) Probabilidade
- f) Estatística

A BNCC propõe que os estudantes utilizem tecnologias, como calculadoras e planilhas eletrônicas, desde os anos iniciais do Ensino Fundamental. Tal valorização possibilita que eles possam ser estimulados a desenvolver o pensamento computacional, por meio da interpretação e da elaboração de fluxogramas e algoritmos.

No Ensino Médio, o foco é a construção de uma visão integrada da Matemática, aplicada à realidade. Nesse contexto, quando a realidade é a referência, segundo a BNCC:

É preciso levar em conta as vivências cotidianas dos estudantes do Ensino Médio, envolvidos, em diferentes graus dados por suas condições socioeconômicas, pelos avanços tecnológicos, pelas exigências do mercado de trabalho, pela potencialidade das mídias sociais, entre outros. (BNCC, 2017, p. 528).

A área das Ciências da Natureza e Suas Tecnologias é responsável por estudar e articular o conhecimento da dinâmica dos fenômenos naturais que envolvem a vida.

Ao remetermos aos conhecimentos conceituais de Ciências da Natureza e suas Tecnologias, é importante considerar que essa área reúne os conhecimentos relativos aos componentes curriculares de Biologia, Química e Física. Na BNCC, etapa Ensino Médio, os conhecimentos conceituais são tematizados e problematizados nas seguintes categorias dessa área do conhecimento: Matéria e Energia e Vida, Terra e Cosmos.

A articulação que ocorre entre os componentes da área das Ciências da Natureza permite elaborar um conjunto de competências e habilidades para ampliação e sistematização das aprendizagens essenciais, possibilitando ao estudante se desenvolver, interpretar e compreender as transformações do mundo seja elas de caráter natural, social ou tecnológico.

A área das Ciências da Natureza se diferencia na sua estrutura nas etapas do Ensino Fundamental e Médio, mas o processo progressivo de ensino-aprendizagem é mantido ao longo de toda a educação básica. A área vai muito além do aprendizado de conceitos, sendo importante a contextualização social, cultural, ambiental e histórica na formação integral do indivíduo. Portanto, segundo a BNCC (2017), espera-se do estudante da área das Ciências da Natureza e suas Tecnologias que ele possa:

Investigar situações-problema e avaliar aplicações do conhecimento científico e tecnológico e suas implicações no mundo, utilizando procedimentos e linguagens próprios das Ciências da Natureza, para propor soluções que considerem demandas locais, regionais e/ou globais, e comunicar suas descobertas e conclusões a públicos variados, em diversos contextos e por meio de diferentes mídias e tecnologias digitais de informação e comunicação (BNCC, 2017, p. 553).

A formação integral do estudante é cercada de elementos importantes que são imprescindíveis para a concretização do ensino de qualidade. A interdisciplinaridade e a transdisciplinaridade fazem parte desses elementos, portanto incluí-las na rotina do planejamento escolar vai permitir trilhar caminhos, formular ações, objetivos e metas

que cumpram o papel de oferecer uma educação de qualidade a quem a vida deu caminhos diferentes.

As Ciências da Natureza e suas tecnologias utilizam-se de linguagens compartilhadas e peculiares, inerentes de cada campo do saber científico. Sendo assim, a apropriação e o uso dessa dialética proporcionam o desenvolvimento do pensamento conceitual, da comunicação e da argumentação de ideias e conhecimentos. A linguagem como eixo formativo expõe sua importância no processo de ensino e aprendizagem e na divulgação científica, com uso das tecnologias da informação e comunicação.

Nessa linha temporal e cognitiva, percebe-se que a compreensão se concretiza e leva o estudante a ser um cidadão atuante, crítico e proativo, consolidando assim seu protagonismo perante a sociedade.

A área de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas no Ensino Médio é composta pelos componentes de Filosofia, Geografia, História e Sociologia que, unidos, levam os estudantes a compreender as diversas sociedades e culturas, refletindo criticamente sobre as relações entre os indivíduos e grupos, nos âmbitos social, político, histórico e cultural, permitindo análises que permeiam variados tempos históricos e espaços geográficos, em níveis locais, regionais, nacionais e mundiais. Esta área contribui, principalmente, com o fortalecimento de identidades, a valorização cultural, o respeito à democracia, a autonomia intelectual, o pensamento científico, a responsabilidade social e ambiental e a elaboração de projetos de vida que vão além de planos individuais, contribuindo para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável em suas relações humanas.

Em suma, antes da publicação da BNCC, tanto na etapa do ensino fundamental como na etapa do Ensino Médio, com a separação do conhecimento em disciplinas escolares, houve uma aparente desconexão entre as áreas, de tal modo que os estudantes podem pensar que não há relação clara entre elas. Por isso, faz-se necessário que o ambiente escolar traga de volta essa ligação que jamais deveria ter sido descontinuada.

É muito importante garantir o desenvolvimento de um trabalho articulado entre as áreas de conhecimento, de forma que os estudantes percebam que não existe conhecimento isolado e que, de alguma forma, todos se conectam e permeiam o nosso dia a dia.

Para tanto, os professores precisam construir momentos de planejamento coletivo, em que existam trocas de conhecimento e elaboração de material comum, seja em forma de projetos ou simplesmente em aulas do cotidiano, mas que tratem dos

objetos de conhecimento comuns às áreas envolvidas. Identificar as habilidades que possuem algum tipo de conexão com outras áreas de conhecimento é o primeiro passo para a construção de um fazer pedagógico mais conectado e aproximado da realidade dos nossos estudantes.

10.1. Parte Diversificada

A estrutura curricular do CEJA é composta da parte de formação geral e da parte diversificada. A Formação geral está organizada por área de conhecimento e a parte diversificada está organizada por componente que serão contemplados no trabalho com as áreas do conhecimento. Essas duas partes macro da estrutura curricular se desenvolvem de forma integrada e dialógica para fortalecimento do conhecimento e criação de novos saberes. Juntas trabalham competências cognitivas e socioemocionais conforme orienta a BNCC. A parte diversificada será contemplada interdisciplinarmente / transdisciplinaridade nas demais áreas de conhecimento. Para a oferta dos 1º, 2º e 3º segmentos serão ofertados por áreas de conhecimentos, uma totalidade de 2,5% da carga horária da parte diversificada, integralizado a oferta estabelecida.

10.1.1 O Projeto de Vida

O projeto de vida no CEJA tem como objetivo desenvolver o autoconhecimento, favorecendo a continuidade e a orientação pessoal e profissional, a médio e longo prazo, dos estudantes em concretizar o seu projeto de vida com responsabilidade, autonomia e ética. Para se desenvolver o projeto de vida nos centros de educação é preciso respeitar as dimensões pessoais, sociais e profissionais, de modo a ajudar o estudante a mudar algo que queira e que deseja desempenhar.

O projeto de vida deverá, no CEJA, introduzir uma reflexão mais profunda sobre o papel social de cada indivíduo. Esse olhar voltado para o estudante e seu Projeto de Vida promove um sujeito protagonista de sua própria aprendizagem e história, que traz para o CEJA um conhecimento vasto e diferenciado, contribuindo efetivamente, para sua permanência na escola, obtendo uma aprendizagem de qualidade. Afinal, o CEJA será espaço privilegiado para a busca do conhecimento e, para o Jovem e Adulto, é antes de tudo, um desafio realizar o seu projeto de vida.

11. PLANEJAMENTO

O planejamento é um processo de racionalização, organização e coordenação da atividade do educador, articulando o que acontece nos CEJA com o contexto em que ele se insere.

Trata-se de um processo de reflexão crítica a respeito das ações e opções ao alcance do educador, por isso, a ideia de planejar dialoga sempre presente e significativa em todas as atividades.

Para maiores esclarecimentos dos procedimentos, critérios e orientações, a Seduc irá emitir Instrução Normativa específica para os CEJAS.

11.1 Atividades de planejamento

I Horário Coletivo de Formação Permanente aos educadores: significa a integração de todos os educadores, ajudando-se mutuamente em direção aos objetivos propostos, em busca de um trabalho coeso em todas as áreas de conhecimento;

II Período de sondagem: observar o “conhecimento prévio do educando”.

III Organizar projetos pedagógicos que envolvam todos os segmentos dos Centros de Educação de Jovens e Adultos com a participação da comunidade.

IV Planejamento por Projetos, Ações de Enriquecimento Curricular, Atividades de Ensino e Orientação de Estudo.

V Reunião Geral para planejar as questões pedagógicas e administrativas.

12. AVALIAÇÃO

Na Educação de Jovens e Adultos, o processo de avaliação da aprendizagem deve:

I ser conduzido pela Equipe Escolar, respeitadas as diretrizes da Secretaria da Educação, Juventude e Esportes e legislação em vigor;

II ser coerente com os objetivos propostos para garantir a análise do processo de construção do conhecimento e o redimensionamento da prática;

III ocorrer de forma sistemática, contínua e sintetizada ao final de cada semestre;

IV propiciar a participação do estudante enquanto sujeito do processo avaliativo;

V considerar os avanços do grupo, enquanto construção coletiva de novos

conhecimentos;

VI ser um dos momentos que propiciem um planejamento e replanejamento das ações;

VII ter como parâmetro o alcance das expectativas de aprendizagens e as indicações constantes no DCT e na BNCC;

VIII considerar o conhecimento prévio e o nível atual de desenvolvimento dos alunos público-alvo da educação especial (pessoas com deficiências, TEA e altas habilidades/superlotação) quanto às suas aprendizagens e potencialidades atuais e futuras, configurando a ação pedagógica processual e formativa que analisa o desempenho do aluno em relação ao seu progresso individual, prevalecendo os aspectos qualitativos que indiquem as intervenções pedagógicas do professor;

IX deve o professor criar estratégias considerando que alguns estudantes podem demandar ampliação do tempo para a realização dos trabalhos e o uso da língua de sinais, de textos em Braille, de informática ou de tecnologia assistiva como uma prática cotidiana.

X analisar o tempo para ensinar e para aprender nas Necessidades Educacionais Especiais caracterizadas.

A avaliação deve estar a serviço de uma pedagogia dinâmica. É sua função contribuir para que o estudante assuma o poder sobre si mesmo, tenha consciência do que já é capaz e em que deve melhorar. Ela é sempre uma operação de leitura orientada da realidade. Um processo amplo e abrangente que abarca todas as ações desenvolvidas na ação pedagógica, assim como todos os sujeitos nele envolvidos.

Neste sentido, o papel essencial da avaliação é o diagnóstico e a regulação do processo de aprendizagem e ensino, tendo como compromisso principal o fazer com que as pessoas, direta ou indiretamente envolvidas na ação educacional, escrevam sua própria história e gerem as suas próprias alternativas de ação. Assim, no planejamento coletivo do PPP da instituição, devem ser construídas alternativas de instrumentos de avaliação.

12.1. Avaliação Institucional

A equipe do CEJA, na elaboração do PPP institucional, deve considerar relevantes os indicadores educacionais que configuram os maiores desafios da oferta da Educação de Jovens e Adultos. Portanto, o acompanhamento e monitoramento contínuo

desses indicadores deve constituir o aspecto principal do trabalho educativo, para garantir que todos os estudantes concluam a etapa iniciada, com garantia de aprendizagem qualitativa.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubem. **Estórias de quem gosta de ensinar**. 14. ed. São Paulo: Cortez, 1990.

ANDRADE, Eliana Ribeiro. Os Jovens da EJA e a EJA dos Jovens. In: Barbosa, Inês O., Paiva, Jane (orgs.). **Educação de Jovens e Adultos. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.**

ARROYO, Miguel. A Educação de Jovens e adultos em tempo de exclusão. Alfabetização e Cidadania. São Paulo, **Rede de Apoio à Ação Alfabetizadora do Brasil**.(RAAAB), nº. 11, abril 2001.

BEISIEGEL, C. R.. Considerações sobre política da união para a educação de jovens e adultos analfabetos. **Revista Brasileira de Educação**, nº. 4. São Paulo: ANDEP. 1997.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade – Secad/MEC. **Caderno Metodológico para o professor**. Coleção Cadernos de EJA. : Brasília: 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/met_cd.pdf. Acesso: 17 mar. 2021.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC/SEESP, 2008 Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=16690-politica-nacional-de-educacao-especial-na-perspectiva-da-educacao-inclusiva-05122014&Itemid=30192. Acesso: 19 mar. 2021.

BRASIL. **Constituição** (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Catálogo Nacional dos Curso Técnicos - CNCT 2020**. Brasília: 2020.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: 1996.

BRASIL. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 [...]. Brasília: 2017

BRASIL. **Portaria nº 1.432**, de 28 de dezembro de 2018. Estabelece os referenciais para a elaboração dos itinerários formativos conforme preveem as Diretrizes Nacionais do Ensino 301 Médio. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 3**, de 21 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 1**, de 05 de janeiro de 2021. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.. Brasília: MEC, 2018.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio**. (Documento homologado pela 798 Portaria nº 1.570, publicada no DOU de 21/12/2017, Seção 1, pág. 146), 2017.

BRASIL. **Temas Contemporâneos Transversais na BNCC: Contexto Histórico e 800 Pressupostos Pedagógicos 2019**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, 801 2019. Disponível em 802 , acesso em 28 mai. 2020.

BRASIL. **Resolução Nº 4**, de 17 de dezembro de 2018. Institui a Base Nacional Comum 997 Curricular na Etapa do Ensino Médio (BNCC-EM) como etapa final da Educação Básica. 998 Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação/Secretaria Executiva. Diário 999 Oficial da União. Publicado em: 18 de dezembro de 2018. Edição: 242. Seção: 1.

CARNEIRO, Rogéria. Sobre a Integração de Educandos Portadores de Deficiência no Ensino Regular. **Revista Integração**. Secretaria de Educação Especial do MEC, 1997.

COLELLO, S.M.G. **Alfabetização em questão**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2004.

CORRAZA, Sandra. **O que quer um currículo?** Pesquisas pós-críticas em educação. Petrópolis: Vozes, 2001.

CPDEC. Educação de adultos: os 6 princípios da andragogia. Disponível em: <https://cpdec.com.br/educacao-de-adultos-principios-da-andragogia/>. Acesso: 24 mar. 2021.

DEMO, Pedro. **Pobreza Política**. São Paulo: Cortez, 1990.

DEMO, Pedro. **Desafios Modernos da Educação**. 12. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

DURANTE, M. **Alfabetização de adultos**. Leitura e produção de texto. Porto Alegre. Artmed, 1998.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto & AGUIAR, Márcia ÂNGELA da S. (Orgs.)

Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, Graal, 1985.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade**. 8. ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo, Paz e Terra, 1987.

FREITAS, F. M. (2003) **As dimensões da Teoria e da Prática na formação de profissionais da Administração:** Contribuições da Metodologia de Projetos à luz do Pensamento Complexo. Dissertação de mestrado, CEFET-MG, Belo Horizonte, 2003.

GADOTTI, Moacir. **História das Idéias Pedagógicas**. São Paulo: Ática, 1997.

GADOTTI, Moacir & ROMÃO, José E. **Autônima da escola:** princípios e propostas. São Paulo, Cortez, 1997.

GALLO, S. **Transversalidade e educação:** pensando uma educação não disciplinar. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 14, p. 108-130, 2000.

HERNANDEZ, Fernando. **Transgressão e mudança na educação:** os projetos de trabalho. Porto Alegre: ArtMed, 1998.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da educação**. 14 reimpressão. São Paulo: Cortez, 1994.

MANTOAN, Maria Tereza Eglér. **A integração das pessoas com deficiência:** contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon: Editora Senac, 1997.

OLIVEIRA, I. B. de. **Currículos praticados:** entre a regulação e a emancipação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

OLIVEIRA, I. B. de; PAIVA, J. **Educação de jovens e adultos**. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

PADILHA, Paulo Roberto. **Conceito intertranscultural:** Novos itinerários para educação. São Paulo: Cortez/ Instituto Paulo Freire, 2004

VIEIRA, M.C. **Fundamentos históricos, políticos e sociais da educação de jovens e adultos** – Volume I: aspectos históricos da educação de jovens e adultos no Brasil. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

WPENSAR. **Projeto político pedagógico** – o que é e como fazer o PPP escolar. Disponível em: <https://blog.wpensar.com.br/pedagogico/projeto-politico-pedagogico-ppp/>. Acesso: 23 mar. 2021.